



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

EDITAL Nº 008, de 30 de abril de 2012

O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, de conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n.º 046, de 21/03/2012, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, **RESOLVE**:

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, Informática e Jornalismo, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das provas objetivas, nos termos dos editais de abertura dos certames.

EDUARDO PELELLA
Coordenador de Estágio



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 1**

2012

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas, e 02 (duas) FOLHAS DE RASCUNHO, que se encontram ao fim do presente caderno.
2. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito

MPF Procuradoria da República
Ministério Público Federal em Sergipe

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

CORRETO

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

ERRADO

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	1	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	1	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

PROVA OBJETIVA

DIREITO CIVIL

01. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Caso não haja disposição expressa, a lei nova começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- b) A lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare.
- c) É admitida a escusa do cumprimento de lei, em razão do comprovado desconhecimento de seu conteúdo.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- e) A lei revogada se restaura sempre que a lei revogadora perdido a vigência.

02. Sobre domicílio é **CORRETO** afirmar:

- a) A pessoa natural somente pode ter um domicílio, enquanto a pessoa jurídica pode ter um domicílio para cada um de seus estabelecimentos.
- b) O conceito de domicílio é idêntico ao de residência.
- c) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- d) Para se efetivar a mudança de domicílio é necessário a comunicação expressa à autoridade municipal competente.
- e) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o da capital do Estado onde por último residiu.

03) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta são considerados bens imóveis.
- b) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.
- c) O dinheiro é um bem fungível e consumível.
- d) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- e) Os bens divisíveis por sua própria natureza podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

04. Sobre negócios jurídicos é **CORRETO** afirmar:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, ainda que indeterminável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

d) Nas declarações de vontade sempre se buscará atender ao sentido literal da linguagem.

e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme os usos do lugar onde foram registrados.

05. Ainda sobre negócios jurídicos, é **CORRETO** afirmar:

- a) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz e anulável aquele celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, ainda que prejudique direito de terceiro.
- c) O negócio jurídico simulado produz efeitos válidos.
- d) Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado ainda que este a der posteriormente.
- e) A simulação não pode ser alegada pelo Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

06. A respeito da participação do Ministério Público no Processo Civil (arts. 81 a 85, do CPC), é correto dizer, **EXCETO**:

- a) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei.
- b) Compete ao Ministério Público intervir nas causas em que há interesses de incapazes.
- c) Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes.
- d) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.
- e) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

07. No que diz respeito à extinção do processo, com ou sem resolução de mérito (arts. 267 a 269, do CPC) , é **CORRETO** afirmar:

- a) É caso de extinção do processo, sem resolução de mérito, quando o réu reconhece a procedência do pedido.
- b) No caso de extinção do processo pela negligência das partes, terão elas que pagar as custas de modo proporcional.
- c) O réu que não alegar a existência de coisa julgada, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, será automaticamente considerado litigante de má-fé.
- d) Haverá resolução do processo, com a análise do mérito, na hipótese do autor desistir da ação.
- e) Em nenhuma hipótese, a extinção do processo sem resolução do mérito obstará a que o autor intente de novo a ação.

08. Sobre as disposições gerais dos recursos no Processo Civil (arts. 496 a 512, do CPC), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É cabível o Recurso em Sentido Estrito no Processo Civil.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- c) O Recurso Adesivo é admissível na Apelação, nos Embargos Infringentes, no Recurso Extraordinário e no Recurso Especial.
- d) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

09. A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) formam um microsistema em relação ao procedimento a ser tomado na discussão dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Neste sentido, é **CORRETO** afirmar:

- a) O Ministério Público atuará, em tais questões, somente como fiscal da lei.
- b) Ao Juiz da causa caberá, unicamente, conceder efeito devolutivo aos recursos que lhe forem apresentados.
- c) Decorre da natureza dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, que estes só podem ser defendidos judicialmente de maneira coletiva.
- d) Não é possível a condenação em honorários advocatícios, custas e despesas processuais, no âmbito da Ação Civil Pública.
- e) É cabível a aplicação das normas do Código de Processo Civil em relação aos aspectos procedimentais da Lei nº 7.347/85 e da Lei nº 8.078/90, naquilo que não contrariar as disposições específicas destas duas últimas.

10. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12/07/2001):

- a) A Lei nº 9.099, de 26/09/1995, é aplicável às disposições da Lei dos Juizados Especiais Federais, desde que não conflite com esta última.
- b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- c) Não se inclui na competência do Juizado Especial Federal Cível a causa sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
- d) O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
- e) Nas causas relacionadas à Lei nº 10.259/2001, o reexame necessário é imprescindível.

DIREITO PENAL

11. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- b) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria do mista ou da ubiquidade.
- c) O Código Penal brasileiro não admite a incidência da lei brasileira a crimes cometidos fora do território nacional, pois adotou estritamente a teoria da territorialidade.
- d) Relativamente ao nexo de causalidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da causalidade adequada.
- e) A embriaguez completa, quando retira do agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, retira a ilicitude do fato.

12. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Não se admite a tentativa nos crimes unissubsistentes.
- II. A desistência voluntária ocorre após o término dos atos executórios e antes da consumação do crime.
- III. O Código Penal brasileiro estabelece, quanto a todos os crimes nele previstos, que, caso não comprovado o dolo do agente, responderá esse pela prática de crime culposos.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

13. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Em relação ao concurso de pessoas, o Código Penal brasileiro adotou, como regra geral, a teoria pluralista.
- II. Segundo entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, para o reconhecimento do crime continuado, são considerados crimes da mesma espécie os que protegem o mesmo bem jurídico, embora previstos em tipos diferentes.
- III. Todas as causas extintivas de punibilidade se comunicam aos coautores e partícipes.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando o crime de falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- b) Nos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público, a qualidade desse último se comunica ao não funcionário, ainda que este não tenha ciência da referida qualidade.
- c) O crime de peculato próprio é caracterizado pela anterior posse do dinheiro, valor ou qualquer bem móvel por parte do funcionário público.
- d) A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, e não o crime de moeda falsa.
- e) O crime de epidemia com resultado morte, descrito no art. 267, §1º, do Código Penal, figura entre os crimes considerados hediondos pela Lei nº 8.072/1990.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei nº 9.296/1996 determina que a interceptação telefônica, como medida investigatória criminal, somente poderá ser prorrogada por uma única vez, exigindo, ainda, que o deferimento da prorrogação seja sempre precedido da completa transcrição das conversas anteriormente captadas.
- b) Conforme jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais não depende a imputação simultânea da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.
- c) Segundo o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, a consumação dos crimes definidos no art. 1º da Lei nº 8.137/1990 prescinde da constituição definitiva do crédito tributário, podendo ser iniciada a ação penal antes da conclusão do procedimento administrativo fiscal.
- d) Tratando-se de crime de perigo concreto, o tráfico de entorpecentes exige, para sua consumação, a prova da efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.
- e) O crime de tráfico de entorpecentes está definido na Lei 11.343/2006 através de tipo multinuclear ou de ação múltipla, de modo que, praticada qualquer conduta das condutas ali descritas estará o delito consumado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A instauração do inquérito policial não é imprescindível à propositura da ação penal pública.
- b) Ainda que com reservas, o ordenamento jurídico brasileiro admite a instauração de inquérito policial a partir de denúncia anônima, caso contenha elementos informativos idôneos suficientes e desde que observadas as devidas cautelas.
- c) Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deve ser concluído em 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período, se o investigado estiver preso.
- d) O despacho do juiz que acolhe o arquivamento do inquérito policial promovido pelo órgão do Ministério Público exhibe efeitos semelhantes ao da coisa julgada formal.

e) Vigorando no Brasil o sistema processual penal acusatório, não pode o juiz indeferir as diligências requisitadas pelo Ministério Público no bojo do inquérito policial, à exceção daquelas que somente possam ser realizadas por ordem judicial.

17. Acerca da ação penal, assinale a opção CORRETA.

- a) O princípio da obrigatoriedade da ação penal não impede o Ministério Público de desistir da ação após o seu ajuizamento.
- b) Na ação penal pública condicionada à representação, o exercício desta é irretratável após o recebimento da denúncia.
- c) Intentada ação privada em razão da inércia do Ministério Público, não poderá o órgão ministerial intervir no processo.
- d) A ação penal privada é regida pelo princípio da indivisibilidade.
- e) Pelas regras do Código de Processo Penal, a denúncia deve ser ofertada no prazo 10 (dez) dias, caso o investigado esteja preso.

18. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa CORRETA:

I. O réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição deve ser citado pessoalmente por mandado.

II. Sobre a inadmissibilidade de provas ilícitas no processo penal, pode-se afirmar que a teoria dos frutos da árvore envenenada poderá ser afastada nos casos em que aplicável as teorias da fonte independente (independent source) e da descoberta inevitável (inevitable discovery).

III. As infrações penais de menor potencial ofensivo que possuam procedimento especial podem ser julgadas pelos Juizados Especiais Criminais, ante a existência de expressa vedação na Lei nº 9.099/1995.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

19. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa CORRETA:

I. Denomina-se flagrante facultativo a possibilidade de qualquer do povo efetuar a prisão em flagrante.

II. Admite-se a decretação de prisão temporária no caso da prática do crime de furto qualificado (art. 155, §1º, do Código Penal).

III. Em relação às nulidades processuais, o princípio pas de nullité sans grief foi acolhido pelo Código de Processo Penal brasileiro.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos

- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

20. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É de 05 (cinco) dias o prazo para interposição do recurso de apelação criminal.
- b) Cabe apelação contra a decisão que não receber a denúncia ou a queixa.
- c) Não cabe a impetração de habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa.
- d) O habeas corpus pode ser impetrado pelo próprio Ministério Público.
- e) Contra a decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus cabe a interposição de recurso em sentido estrito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Sobre os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Como decorrência do princípio de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, apenas por meio desta se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de um candidato a cargo público.
- b) Todas as profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, sendo exigível inscrição em conselho de fiscalização profissional para o devido controle.
- c) Atos de defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica, inclusive através de manifestações e eventos públicos devem ser alvo de criminalização, pois a livre expressão do pensamento encontra limite nas concepções morais e legais prevalentes no meio social.
- d) O sigilo profissional constitucionalmente determinado exclui a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- e) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a investigação ser reiniciada, sob pena de violação da coisa julgada.

22. Acerca dos partidos políticos, marque a alternativa CORRETA.

- a) Ao preconizar que os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, a constituição reconhece a natureza materialmente jurisdicional do procedimento de registro partidário.
- b) Os partidos políticos têm direito líquido e certo a recursos do fundo partidário.
- c) Como resultante do acesso gratuito ao rádio e à televisão conferido aos partidos políticos, este deve ocorrer às expensas do erário, na forma da lei.
- d) As coligações são conformações políticas decorrentes de aliança partidária, formalizada entre dois ou mais partidos políticos, para concorrerem, de forma unitária, às eleições

proporcionais ou majoritárias, mas não possuem capacidade jurídica de per si para representar os partidos que a compõem, pois suas personalidades jurídicas se equiparam.

- e) A fidelidade partidária é um princípio de status constitucional e por tal razão, não é possível reconhecer justa causa em ato de transferência de partido político.

23. Com relação à nacionalidade, indique o item CORRETO.

- a) Do conceito de nacionalidade primária resulta o status de brasileiro naturalizado.
- b) A condição de brasileiro nato emana do conceito de nacionalidade secundária ou derivada.
- c) A constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Assim, essa opção pode ser feita a qualquer tempo, mesmo antes de alcançada a maioridade.
- d) É possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira jure matrimonii, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

e) Porque sua definição diz respeito ao poder soberano do Estado brasileiro, as hipóteses de outorga da nacionalidade brasileira decorrem, exclusivamente, do texto constitucional.

24. Assinale a alternativa que cita bem que NÃO pertence ao domínio da União.

- a) Rio que banhe mais de um Estado.
- b) Cavernas.
- c) Sítios arqueológicos.
- d) Terras devolutas.
- e) Terreno de Marinha.

25. Quanto à matéria indígena, na forma em que prevista na Constituição Federal vigente, marque a alternativa INCORRETA.

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem à União.
- b) Os índios, não possuem direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las.
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em nome próprio, em defesa de seus direitos e interesses.
- d) O Ministério Público intervirá em todos os atos dos processos que versem sobre direitos e interesses indígenas.
- e) A disputa sobre interesses indígenas é matéria que atrai a competência da justiça federal.

26. Marque a alternativa **CORRETA**, acerca dos direitos da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

a) Quando a constituição prevê que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, não impede o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família.

b) Não configura ação afirmativa a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

c) Estrangeiros não podem adotar crianças ou adolescentes brasileiros.

d) A norma constitucional que dá aos maiores de sessenta e cinco anos a garantia da gratuidade nos transportes coletivos urbanos não possui eficácia plena e aplicabilidade imediata.

e) A regência constitucional acerca da juventude, em especial a previsão de um plano nacional de juventude é matéria versada pelo poder constituinte originário.

27. Julgue os itens a seguir e em seguida marque a opção **CORRETA**.

I - Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes, mesmo que a investigação tenha sido realizada pela Polícia Federal.

II - Na hipótese de concurso de infrações penais de jurisdições originárias diversas, a competência da Justiça Federal para uma delas atrai, por conexão ou continência, a competência para o julgamento das demais.

III - A competência da Justiça Federal é definida na Constituição, sendo cabível à lei ordinária sobre ela dispor.

IV - O uso de documento falso de instituição privada de ensino superior, com o fato de apresentá-lo ao órgão de fiscalização profissional federal, é delito que deve ser processado e julgado pela Justiça Federal, que ostenta, para o caso concreto, competência absoluta.

a) Apenas uma alternativa está correta.

b) Apenas duas alternativas estão corretas.

c) Apenas três alternativas estão corretas.

d) Apenas quatro alternativas estão corretas.

e) Nenhuma alternativa está correta.

28. Marque a única alternativa **CORRETA** sobre os Tribunais Regionais Federais:

a) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, oito juízes, recrutados sempre na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

b) A previsão de instalação da justiça itinerante pelos Tribunais Regionais Federais não tem assento constitucional.

c) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

d) Não cabe aos Tribunais Regionais Eleitorais dirimir conflitos de competência entre um juizado especial e um juízo de primeiro grau, pois conflitos dessa natureza circunscrevem-se a juízos que estão vinculados a tribunais diversos.

e) Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

29. Assinale a única alternativa que **NÃO** corresponde a um princípio da ordem econômica.

a) Livre concorrência.

b) Função social da propriedade.

c) Defesa do consumidor.

d) Igualdade de tratamento entre as empresas de pequeno, médio e grande porte.

e) Redução das desigualdades sociais e regionais.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a advocacia pública.

a) A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

b) Como função essencial à justiça, a Advocacia-Geral da União preserva total independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e assim como o Ministério Público não é enquadrável como órgão de nenhum desses poderes.

c) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

DIREITOS DIFUSOS

31. Sobre ação popular, é **CORRETO** afirmar:

- a) Todo brasileiro nato relativamente capaz possui legitimidade para ajuizar ação popular.
- b) Há expressa vedação do deferimento de liminar contra a União em ação popular.
- c) Somente é obrigatória a intervenção do Ministério Público quando o autor abandonar a ação popular.
- d) O Ministério Público não possui legitimidade recursal na ação popular.
- e) A ação popular prescreve em 5 anos.

32. Em relação à defesa do consumidor em juízo, é **CORRETO** afirmar:

- a) Ao Ministério Público compete defender o consumidor em juízo individualmente ou a título coletivo.
- b) A defesa coletiva do consumidor em juízo será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- c) Somente entes públicos são legitimados à defesa coletiva do consumidor em juízo.
- d) A concessão de tutela específica não é uma possibilidade concreta nas ações coletivas em defesa do consumidor.
- e) O Código de Defesa do Consumidor relaciona de forma exhaustiva as espécies de ações cabíveis na defesa dos interesses e direitos do consumidor.

33. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A defesa do meio ambiente é um interesse individual homogêneo.
- b) A legitimidade para propor ação civil pública na defesa do meio ambiente é atribuída de forma exclusiva ao Ministério Público e o IBAMA.
- c) A ação civil pública ambiental poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) Não há a obrigatoriedade da intervenção do Ministério Público em ação civil pública movida pelo IBAMA.
- e) Qualquer ente legitimado a propor ação civil pública ambiental pode tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais com eficácia de título executivo extrajudicial.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Para instruir a ação civil pública o Ministério Público pode instaurar inquérito civil e requisitar certidões, informações, exames ou perícias de entes públicos e particulares.
- b) O órgão do Ministério Público, após o esgotamento de todas as diligências, convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

c) Caso o Conselho Superior do Ministério Público não homologue a promoção de arquivamento, determinará a baixa dos autos para que o órgão do Ministério Público que promoveu o arquivamento ajuíze a ação civil pública cabível.

d) Constitui crime a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

e) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade.

35. Em relação ao quanto disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é **CORRETO** afirmar:

- a) Somente agentes públicos estão submetidos às disposições da Lei nº 8.429/92.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens dos indiciados.
- c) Não se constitui ato de improbidade a revelação de fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo
- d) Associações privadas, constituídas há mais de dois anos e que possuam como um de seus objetivos sociais a proteção do patrimônio público, possuem legitimidade para o ajuizamento de ação de improbidade administrativa.
- e) A legitimidade para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. O art. 37, "caput", da CR/88 elenca os Princípios básicos que regem a Administração Pública. Neste sentido, assinale o Princípio que melhor se adequa ao texto seguinte: "obter a maior realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o próprio Estado, especialmente de índole financeira, como para as liberdades dos cidadãos"¹:

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Moralidade
- d) Publicidade
- e) Eficiência

1 ARAGÃO, Alexandre Santos de. Princípio da eficiência. Revista dos Tribunais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 93, n. 830, p. 709, dez. 2004. Grifos nossos.

37. São requisitos do ato administrativo, EXCETO:

- a) competência
- b) forma
- c) motivo
- d) discricionariedade
- e) finalidade

38. No âmbito do controle da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

- a) É possível afirmar que existe o controle político e o controle administrativo, propriamente dito.
- b) O controle interno é aquele exercido pelo próprio Órgão Público, em relação às condutas administrativas nele mesmo produzidas.
- c) O Ministério Público não representa órgão de controle externo.
- d) A Administração Pública também se submete ao controle social de suas atividades administrativas.
- e) As Comissões Parlamentares de Inquérito constituem-se em instrumento de controle exercido pelo Poder Legislativo.

39. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- b) O agente público que, no exercício de suas funções, age com dolo ou culpa, não pode ser responsabilizado civilmente, nem sofrer ação regressiva, na hipótese de danos causados à Administração Pública.
- c) O Poder de Polícia e o Princípio da Proporcionalidade são exemplos dos assim chamados Poderes da Administração Pública.
- d) O Estado não pode intervir na propriedade privada, à vista do contido no art. 5º, XXII, da CR/88.
- e) Inexiste o instituto do Recurso Administrativo, no âmbito da Administração Pública.

40. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- c) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- d) É autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, devendo a compatibilidade de horários entre eles ser resolvida de acordo com as orientações da chefia imediata do servidor.
- e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

- 1) Princípio da insignificância. Defina-o e caracterize-o, apontando os seus requisitos e analisando a possibilidade de sua aplicação em caso de reincidência.**

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

2) Atuando na qualidade de fiscal da lei, o Ministério Público Federal, em seu parecer, faz juntar aos autos documentos essenciais para o exame do mérito da causa, que não constavam da inicial, cuja requisição não foi requerida pela parte impetrante e que confirmavam as alegações da inicial. No julgamento do writ, o julgador, entendendo que os documentos essenciais juntados pelo Ministério Público Federal deveriam estar nos autos desde a impetração, extingue o mandado de segurança sem análise do mérito, tendo em vista a ausência de prova pré-constituída. O impetrante, regularmente intimado da sentença, não apresenta recurso. Já o Ministério Público toma o recurso em tese cabível ao caso. À vista da situação narrada, pergunta-se: a) na situação em tela, detém o Ministério Público interesse e legitimidade para recorrer? b) poderia o Ministério Público Federal juntar os documentos tal como descrito? c) agiu bem o magistrado ao considerar ausente a prova pré-constituída? d) caso o órgão ad quem conhecesse e desse provimento ao recurso, poderia desde logo julgar o mérito da impetração?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 2**

2012

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas, e 02 (duas) FOLHAS DE RASCUNHO, que se encontram ao fim do presente caderno.
2. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito

MPF Procuradoria da República em Sergipe
Ministério Público Federal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

CORRETO

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

ERRADO

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Como decorrência do princípio de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, apenas por meio desta se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de um candidato a cargo público.

b) Todas as profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, sendo exigível inscrição em conselho de fiscalização profissional para o devido controle.

c) Atos de defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica, inclusive através de manifestações e eventos públicos devem ser alvo de criminalização, pois a livre expressão do pensamento encontra limite nas concepções morais e legais prevalecentes no meio social.

d) O sigilo profissional constitucionalmente determinado exclui a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.

e) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a investigação ser reiniciada, sob pena de violação da coisa julgada.

02. Acerca dos partidos políticos, marque a alternativa **CORRETA**.

a) Ao preconizar que os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, a constituição reconhece a natureza materialmente jurisdicional do procedimento de registro partidário.

b) Os partidos políticos têm direito líquido e certo a recursos do fundo partidário.

c) Como resultante do acesso gratuito ao rádio e à televisão conferido aos partidos políticos, este deve ocorrer às expensas do erário, na forma da lei.

d) As coligações são conformações políticas decorrentes de aliança partidária, formalizada entre dois ou mais partidos políticos, para concorrerem, de forma unitária, às eleições proporcionais ou majoritárias, mas não possuem capacidade jurídica de per si para representar os partidos que a compõem, pois suas personalidades jurídicas se equiparam.

e) A fidelidade partidária é um princípio de status constitucional e por tal razão, não é possível reconhecer justa causa em ato de transferência de partido político.

03. Com relação à nacionalidade, indique o item **CORRETO**.

a) Do conceito de nacionalidade primária resulta o status de brasileiro naturalizado.

b) A condição de brasileiro nato emana do conceito de nacionalidade secundária ou derivada.

c) A constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde

que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Assim, essa opção pode ser feita a qualquer tempo, mesmo antes de alcançada a maioridade.

d) É possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira jure matrimonii, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

e) Porque sua definição diz respeito ao poder soberano do Estado brasileiro, as hipóteses de outorga da nacionalidade brasileira decorrem, exclusivamente, do texto constitucional.

04. Assinale a alternativa que cita bem que **NÃO** pertence ao domínio da União.

a) Rio que banhe mais de um Estado.

b) Cavernas.

c) Sítios arqueológicos.

d) Terras devolutas.

e) Terreno de Marinha.

05. Quanto à matéria indígena, na forma em que prevista na Constituição Federal vigente, marque a alternativa **INCORRETA**.

a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem à União.

b) Os índios, não possuem direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las.

c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em nome próprio, em defesa de seus direitos e interesses.

d) O Ministério Público intervirá em todos os atos dos processos que versem sobre direitos e interesses indígenas.

e) A disputa sobre interesses indígenas é matéria que atrai a competência da justiça federal.

06. Marque a alternativa **CORRETA**, acerca dos direitos da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

a) Quando a constituição prevê que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, não impede o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família.

b) Não configura ação afirmativa a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

c) Estrangeiros não podem adotar crianças ou adolescentes brasileiros.

d) A norma constitucional que dá aos maiores de sessenta e cinco anos a garantia da gratuidade nos transportes coletivos urbanos não possui eficácia plena e aplicabilidade imediata.

e) A regência constitucional acerca da juventude, em especial a previsão de um plano nacional de juventude é matéria versada pelo poder constituinte originário.

07. Julgue os itens a seguir e em seguida marque a opção **CORRETA**.

I - Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes, mesmo que a investigação tenha sido realizada pela Polícia Federal.

II - Na hipótese de concurso de infrações penais de jurisdições originárias diversas, a competência da Justiça Federal para uma delas atrai, por conexão ou continência, a competência para o julgamento das demais.

III - A competência da Justiça Federal é definida na Constituição, sendo cabível à lei ordinária sobre ela dispor.

IV - O uso de documento falso de instituição privada de ensino superior, com o fato de apresentá-lo ao órgão de fiscalização profissional federal, é delito que deve ser processado e julgado pela Justiça Federal, que ostenta, para o caso concreto, competência absoluta.

a) Apenas uma alternativa está correta.

b) Apenas duas alternativas estão corretas.

c) Apenas três alternativas estão corretas.

d) Apenas quatro alternativas estão corretas.

e) Nenhuma alternativa está correta.

08. Marque a única alternativa **CORRETA** sobre os Tribunais Regionais Federais:

a) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, oito juízes, recrutados sempre na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

b) A previsão de instalação da justiça itinerante pelos Tribunais Regionais Federais não tem assento constitucional.

c) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

d) Não cabe aos Tribunais Regionais Eleitorais dirimir conflitos de competência entre um juizado especial e um juízo de primeiro grau, pois conflitos dessa natureza circunscrevem-se a juízos que estão vinculados a tribunais diversos.

e) Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

09. Assinale a única alternativa que **NÃO** corresponde a um princípio da ordem econômica.

a) Livre concorrência.

b) Função social da propriedade.

c) Defesa do consumidor.

d) Igualdade de tratamento entre as empresas de pequeno, médio e grande porte.

e) Redução das desigualdades sociais e regionais.

10. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a advocacia pública.

a) A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

b) Como função essencial à justiça, a Advocacia-Geral da União preserva total independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e assim como o Ministério Público não é enquadrável como órgão de nenhum desses poderes.

c) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

DIREITOS DIFUSOS

11. Sobre ação popular, é **CORRETO** afirmar:

a) Todo brasileiro nato relativamente capaz possui legitimidade para ajuizar ação popular.

b) Há expressa vedação do deferimento de liminar contra a União em ação popular.

c) Somente é obrigatória a intervenção do Ministério Público quando o autor abandonar a ação popular.

d) O Ministério Público não possui legitimidade recursal na ação popular.

e) A ação popular prescreve em 5 anos.

12. Em relação à defesa do consumidor em juízo, é **CORRETO** afirmar:

a) Ao Ministério Público compete defender o consumidor em juízo individualmente ou a título coletivo.

b) A defesa coletiva do consumidor em juízo será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

c) Somente entes públicos são legitimados à defesa coletiva do consumidor em juízo.

d) A concessão de tutela específica não é uma possibilidade concreta nas ações coletivas em defesa do consumidor.

e) O Código de Defesa do Consumidor relaciona de forma exhaustiva as espécies de ações cabíveis na defesa dos interesses e direitos do consumidor.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A defesa do meio ambiente é um interesse individual homogêneo.

b) A legitimidade para propor ação civil pública na defesa do meio ambiente é atribuída de forma exclusiva ao Ministério Público e o IBAMA.

c) A ação civil pública ambiental poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

d) Não há a obrigatoriedade da intervenção do Ministério Público em ação civil pública movida pelo IBAMA.

e) Qualquer ente legitimado a propor ação civil pública ambiental pode tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais com eficácia de título executivo extrajudicial.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para instruir a ação civil pública o Ministério Público pode instaurar inquérito civil e requisitar certidões, informações, exames ou perícias de entes públicos e particulares.

b) O órgão do Ministério Público, após o esgotamento de todas as diligências, convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

c) Caso o Conselho Superior do Ministério Público não homologue a promoção de arquivamento, determinará a baixa dos autos para que o órgão do Ministério Público que promoveu o arquivamento ajuíze a ação civil pública cabível.

d) Constitui crime a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

e) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade.

15. Em relação ao quanto disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é CORRETO afirmar:

a) Somente agentes públicos estão submetidos às disposições da Lei nº 8.429/92.

b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens dos indiciados.

c) Não se constitui ato de improbidade a revelação de fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

d) Associações privadas, constituídas há mais de dois anos e que possuam como um de seus objetivos sociais a proteção do

patrimônio público, possuem legitimidade para o ajuizamento de ação de improbidade administrativa.

e) A legitimidade para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. O art. 37, "caput", da CR/88 elenca os Princípios básicos que regem a Administração Pública. Neste sentido, assinale o Princípio que melhor se adequa ao texto seguinte: "obter a maior realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o próprio Estado, especialmente de índole financeira, como para as liberdades dos cidadãos"¹:

a) Legalidade

b) Impessoalidade

c) Moralidade

d) Publicidade

e) Eficiência

17. São requisitos do ato administrativo, **EXCETO**:

a) competência

b) forma

c) motivo

d) discricionariedade

e) finalidade

18. No âmbito do controle da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar:

a) É possível afirmar que existe o controle político e o controle administrativo, propriamente dito.

b) O controle interno é aquele exercido pelo próprio Órgão Público, em relação às condutas administrativas nele mesmo produzidas.

c) O Ministério Público não representa órgão de controle externo.

d) A Administração Pública também se submete ao controle social de suas atividades administrativas.

e) As Comissões Parlamentares de Inquérito constituem-se em instrumento de controle exercido pelo Poder Legislativo.

¹ ARAGÃO, Alexandre Santos de. Princípio da eficiência. Revista dos Tribunais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 93, n. 830, p. 709, dez. 2004. Grifos nossos.

19. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

b) O agente público que, no exercício de suas funções, age com dolo ou culpa, não pode ser responsabilizado civilmente, nem sofrer ação regressiva, na hipótese de danos causados à Administração Pública.

c) O Poder de Polícia e o Princípio da Proporcionalidade são exemplos dos assim chamados Poderes da Administração Pública.

d) O Estado não pode intervir na propriedade privada, à vista do contido no art. 5º, XXII, da CR/88.

e) Inexiste o instituto do Recurso Administrativo, no âmbito da Administração Pública.

20. Marque a alternativa INCORRETA:

a) A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

c) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

d) É autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, devendo a compatibilidade de horários entre eles ser resolvida de acordo com as orientações da chefia imediata do servidor.

e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

DIREITO CIVIL

21. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Caso não haja disposição expressa, a lei nova começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.

b) A lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare.

c) É admitida a escusa do cumprimento de lei, em razão do comprovado desconhecimento de seu conteúdo.

d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

e) A lei revogada se restaura sempre que a lei revogadora perdido a vigência.

22. Sobre domicílio é CORRETO afirmar:

a) A pessoa natural somente pode ter um domicílio, enquanto a pessoa jurídica pode ter um domicílio para cada um de seus estabelecimentos.

b) O conceito de domicílio é idêntico ao de residência.

c) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

d) Para se efetivar a mudança de domicílio é necessário a comunicação expressa à autoridade municipal competente.

e) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o da capital do Estado onde por último residiu.

23. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta são considerados bens imóveis.

b) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

c) O dinheiro é um bem fungível e consumível.

d) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.

e) Os bens divisíveis por sua própria natureza podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

24. Sobre negócios jurídicos é CORRETO afirmar:

a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, ainda que indeterminável; e forma prescrita ou não defesa em lei.

b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

d) Nas declarações de vontade sempre se buscará atender ao sentido literal da linguagem.

e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme os usos do lugar onde foram registrados.

25. Ainda sobre negócios jurídicos, é CORRETO afirmar:

a) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz e anulável aquele celebrado por pessoa relativamente incapaz.

b) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, ainda que prejudique direito de terceiro.

c) O negócio jurídico simulado produz efeitos válidos.

d) Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado ainda que este a der posteriormente.

e) A simulação não pode ser alegada pelo Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. A respeito da participação do Ministério Público no Processo Civil (arts. 81 a 85, do CPC), é correto dizer, **EXCETO**:

a) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei.

b) Compete ao Ministério Público intervir nas causas em que há interesses de incapazes.

c) Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes.

d) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.

e) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

27. No que diz respeito à extinção do processo, com ou sem resolução de mérito (arts. 267 a 269, do CPC), é **CORRETO** afirmar:

a) É caso de extinção do processo, sem resolução de mérito, quando o réu reconhece a procedência do pedido.

b) No caso de extinção do processo pela negligência das partes, terão elas que pagar as custas de modo proporcional.

c) O réu que não alegar a existência de coisa julgada, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, será automaticamente considerado litigante de má-fé.

d) Haverá resolução do processo, com a análise do mérito, na hipótese do autor desistir da ação.

e) Em nenhuma hipótese, a extinção do processo sem resolução do mérito obstará a que o autor intente de novo a ação.

28. Sobre as disposições gerais dos recursos no Processo Civil (arts. 496 a 512, do CPC), assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) É cabível o Recurso em Sentido Estrito no Processo Civil.

b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.

c) O Recurso Adesivo é admissível na Apelação, nos Embargos Infringentes, no Recurso Extraordinário e no Recurso Especial.

d) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

29. A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) formam um microsistema em relação ao procedimento a ser tomado na discussão dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Neste sentido, é **CORRETO** afirmar:

a) O Ministério Público atuará, em tais questões, somente como fiscal da lei.

b) Ao Juiz da causa caberá, unicamente, conceder efeito devolutivo aos recursos que lhe forem apresentados.

c) Decorre da natureza dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, que estes só podem ser defendidos judicialmente de maneira coletiva.

d) Não é possível a condenação em honorários advocatícios, custas e despesas processuais, no âmbito da Ação Civil Pública.

e) É cabível a aplicação das normas do Código de Processo Civil em relação aos aspectos procedimentais da Lei nº 7.347/85 e da Lei nº 8.078/90, naquilo que não contrariar as disposições específicas destas duas últimas.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12/07/2001):

a) A Lei nº 9.099, de 26/09/1995, é aplicável às disposições da Lei dos Juizados Especiais Federais, desde que não conflite com esta última.

b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

c) Não se inclui na competência do Juizado Especial Federal Cível a causa sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

d) O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

e) Nas causas relacionadas à Lei nº 10.259/2001, o reexame necessário é imprescindível.

DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

b) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria do mista ou da ubiquidade.

c) O Código Penal brasileiro não admite a incidência da lei brasileira a crimes cometidos fora do território nacional, pois adotou estritamente a teoria da territorialidade.

d) Relativamente ao nexo de causalidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da causalidade adequada.

e) A embriaguez completa, quando retira do agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, retira a ilicitude do fato.

32. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa CORRETA:

- I. Não se admite a tentativa nos crimes unissubsistentes.
- II. A desistência voluntária ocorre após o término dos atos executórios e antes da consumação do crime.
- III. O Código Penal brasileiro estabelece, quanto a todos os crimes nele previstos, que, caso não comprovado o dolo do agente, responderá esse pela prática de crime culposos.
- a) Apenas o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

33. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa CORRETA:

- I. Em relação ao concurso de pessoas, o Código Penal brasileiro adotou, como regra geral, a teoria pluralista.
- II. Segundo entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, para o reconhecimento do crime continuado, são considerados crimes da mesma espécie os que protegem o mesmo bem jurídico, embora previstos em tipos diferentes.
- III. Todas as causas extintivas de punibilidade se comunicam aos coautores e partícipes.
- a) Apenas o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

34. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando o crime de falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- b) Nos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público, a qualidade desse último se comunica ao não funcionário, ainda que este não tenha ciência da referida qualidade.
- c) O crime de peculato próprio é caracterizado pela anterior posse do dinheiro, valor ou qualquer bem móvel por parte do funcionário público.
- d) A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, e não o crime de moeda falsa.
- e) O crime de epidemia com resultado morte, descrito no art. 267, §1º, do Código Penal, figura entre os crimes considerados hediondos pela Lei nº 8.072/1990.

35. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei nº 9.296/1996 determina que a interceptação telefônica, como medida investigatória criminal, somente poderá ser prorrogada por uma única vez, exigindo, ainda, que o deferimento da prorrogação seja sempre precedido da completa transcrição das conversas anteriormente captadas.
- b) Conforme jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais não depende a imputação simultânea da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.
- c) Segundo o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, a consumação dos crimes definidos no art. 1º da Lei nº 8.137/1990 prescinde da constituição definitiva do crédito tributário, podendo ser iniciada a ação penal antes da conclusão do procedimento administrativo fiscal.
- d) Tratando-se de crime de perigo concreto, o tráfico de entorpecentes exige, para sua consumação, a prova da efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.
- e) O crime de tráfico de entorpecentes está definido na Lei 11.343/2006 através de tipo multinuclear ou de ação múltipla, de modo que, praticada qualquer conduta das condutas ali descritas estará o delito consumado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A instauração do inquérito policial não é imprescindível à propositura da ação penal pública.
- b) Ainda que com reservas, o ordenamento jurídico brasileiro admite a instauração de inquérito policial a partir de denúncia anônima, caso contenha elementos informativos idôneos suficientes e desde que observadas as devidas cautelas.
- c) Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deve ser concluído em 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período, se o investigado estiver preso.
- d) O despacho do juiz que acolhe o arquivamento do inquérito policial promovido pelo órgão do Ministério Público exhibe efeitos semelhantes ao da coisa julgada formal.
- e) Vigorando no Brasil o sistema processual penal acusatório, não pode o juiz indeferir as diligências requisitadas pelo Ministério Público no bojo do inquérito policial, à exceção daquelas que somente possam realizadas por ordem judicial.

37. Acerca da ação penal, assinale a opção CORRETA.

- a) O princípio da obrigatoriedade da ação penal não impede o Ministério Público de desistir da ação após o seu ajuizamento.
- b) Na ação penal pública condicionada à representação, o exercício desta é irretratável após o recebimento da denúncia.
- c) Intentada ação privada em razão da inércia do Ministério Público, não poderá o órgão ministerial intervir no processo.
- d) A ação penal privada é regida pelo princípio da indivisibilidade.

e) Pelas regras do Código de Processo Penal, a denúncia deve ser ofertada no prazo 10 (dez) dias, caso o investigado esteja preso.

e) Contra a decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus cabe a interposição de recurso em sentido estrito.

38. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa **CORRETA**:

I. O réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição deve ser citado pessoalmente por mandado.

II. Sobre a inadmissibilidade de provas ilícitas no processo penal, pode-se afirmar que a teoria dos frutos da árvore envenenada poderá ser afastada nos casos em que aplicável as teorias da fonte independente (independent source) e da descoberta inevitável (inevitable discovery).

III. As infrações penais de menor potencial ofensivo que possuam procedimento especial podem ser julgadas pelos Juizados Especiais Criminais, ante a existência de expressa vedação na Lei nº 9.099/1995.

a) Somente os itens I e II estão corretos.

b) Somente os itens II e III estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão corretos.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Todas as assertivas estão erradas.

39. Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Denomina-se flagrante facultativo a possibilidade de qualquer do povo efetuar a prisão em flagrante.

II. Admite-se a decretação de prisão temporária no caso da prática do crime de furto qualificado (art. 155, §1º, do Código Penal).

III. Em relação às nulidades processuais, o princípio pas de nullité sans grief foi acolhido pelo Código de Processo Penal brasileiro.

a) Somente os itens I e II estão corretos.

b) Somente os itens II e III estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão corretos

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Todas as assertivas estão erradas.

40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) É de 05 (cinco) dias o prazo para interposição do recurso de apelação criminal.

b) Cabe apelação contra a decisão que não receber a denúncia ou a queixa.

c) Não cabe a impetração de habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa.

d) O habeas corpus pode ser impetrado pelo próprio Ministério Público.

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

- 1) Princípio da insignificância. Defina-o e caracterize-o, apontando os seus requisitos e analisando a possibilidade de sua aplicação em caso de reincidência.**

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

2) Atuando na qualidade de fiscal da lei, o Ministério Público Federal, em seu parecer, faz juntar aos autos documentos essenciais para o exame do mérito da causa, que não constavam da inicial, cuja requisição não foi requerida pela parte impetrante e que confirmavam as alegações da inicial. No julgamento do writ, o julgador, entendendo que os documentos essenciais juntados pelo Ministério Público Federal deveriam estar nos autos desde a impetração, extingue o mandado de segurança sem análise do mérito, tendo em vista a ausência de prova pré-constituída. O impetrante, regularmente intimado da sentença, não apresenta recurso. Já o Ministério Público toma o recurso em tese cabível ao caso. À vista da situação narrada, pergunta-se: a) na situação em tela, detém o Ministério Público interesse e legitimidade para recorrer? b) poderia o Ministério Público Federal juntar os documentos tal como descrito? c) agiu bem o magistrado ao considerar ausente a prova pré-constituída? d) caso o órgão ad quem conhecesse e desse provimento ao recurso, poderia desde logo julgar o mérito da impetração?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2012

GABARITO PRELIMINAR – DIREITO - PROVA TIPO 1

(Anexo do Edital nº 008, de 30 de abril de 2012)

QUESTÕES

01 - D	21 - A
02 - C	22 - C
03 - C	23 - E
04 - B	24 - D
05 - A	25 - B
06 - C	26 - A
07 - B	27 - C
08 - A	28 - E
09 - E	29 - D
10 - E	30 - B
11 - A	31 - E
12 - A	32 - B
13 - E	33 - C
14 - B	34 - C
15 - E	35 - B
16 - C	36 - E
17 - D	37 - D
18 - D	38 - C
19 - C	39 - A
20 - B	40 - D



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2012

GABARITO PRELIMINAR – DIREITO - PROVA TIPO 2

(Anexo do Edital nº 008, de 30 de abril de 2012)

QUESTÕES

01 - A	21 - D
02 - C	22 - C
03 - E	23 - C
04 - D	24 - B
05 - B	25 - A
06 - A	26 - C
07 - C	27 - B
08 - E	28 - A
09 - D	29 - E
10 - B	30 - E
11 - E	31 - A
12 - B	32 - A
13 - C	33 - E
14 - C	34 - B
15 - B	35 - E
16 - E	36 - C
17 - D	37 - D
18 - C	38 - D
19 - A	39 - C
20 - D	40 - B